

PROPOSTA DE UM MODELO PARA POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE CATALOGAÇÃO

Priscilla Lüdtke Espíndola¹
Ana Maria Pereira²

Resumo: Políticas Institucionais de Catalogação são diretrizes administrativas empregadas no processo de catalogação para auxiliar diferentes catalogadores a tomarem decisões análogas a questões semelhantes. Este trabalho possui como objetivo geral compreender a criação e utilização de Políticas Institucionais de Catalogação em Unidades de Informação. A metodologia empregada foi de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica. Como resultados, identificaram-se onze requisitos indispensáveis para a elaboração de uma política institucional aplicada ao processo de catalogação, que proporcionaram o desenvolvimento de uma proposta de modelo de estrutura de Política Institucional de Catalogação para Unidades de Informação.

Palavras-chave: Política de catalogação. Políticas aplicadas a bibliotecas. Diretrizes administrativas para catalogação. Diretrizes de planejamento para bibliotecas.

PROPOSAL FOR A MODEL TO CATALOGING POLICIES

Abstract: Cataloging Policies are administrative guidelines employed in the cataloging process to support catalogers to make decisions in similar challenges. This paper mainly aims to understand the creation and use of Cataloging Policies in Information Units. The methodology applied was an exploratory research, with qualitative approach based on bibliography. As results, eleven requirements for the construction of a policy applicable to the cataloging process were identified. These requirements offer the basis to formulate a model to the Cataloging Policy of the Information Units.

Keywords: Cataloging Policy. Policies for libraries. Guidelines for Cataloging. Guidelines for libraries.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas e os centros de documentação e informação são exemplos de Unidades de Informação (UIs). As UIs, de acordo com Spudeit e Führ (2011), são organizações sociais, sem fins lucrativos, que visam à prestação de serviços informacionais tangíveis e intangíveis para a sociedade.

Ainda conforme as autoras, apesar de não possuírem como finalidade resultados financeiros em suas ações, as UIs são influenciadas direta e indiretamente pelo mercado, pela globalização e pelos avanços tecnológicos, da mesma forma que as organizações com fins lucrativos. Diante disso, para garantir perenidade e crescimento, bem como a continuidade de seus serviços perante a concorrência de outras Instituições que desenvolvem atividades similares, as UIs necessitam elaborar seus serviços e produtos informacionais sem gastos desnecessários de recursos financeiros, materiais e humanos.

¹ Mestranda em Gestão de Unidades de Informação do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: priscillaludtke@gmail.com.

² Doutora em Tecnologia e Sistemas de Informação pela Universidade do Minho (Portugal), professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: anamariapere@gmail.com.



Almeida (2011) afirma que, para alcançar os objetivos institucionais de forma eficiente e eficaz, é indispensável que os gestores das UIs realizem o planejamento preliminar de ações. Por meio desse, é possível proporcionar um melhor controle dos processos, evitando surpresas, eliminando incertezas e diminuindo gastos, esforços, tempo e retrabalhos.

Diversos documentos podem auxiliar no planejamento de atividades em UIs, destacando-se as políticas institucionais. De acordo com Bio (1985), as políticas institucionais são guias de raciocínio que servem como diretrizes para alinhar as atividades realizadas pelos colaboradores aos objetivos planejados pelos gestores, de modo a determinar a direção a ser seguida para atingir os referidos objetivos.

A aplicação de política institucional no processo de catalogação é o objeto de estudo desta pesquisa. Tal política institucional apresenta diretrizes administrativas, planejadas pelos gestores da UI, para auxiliar os catalogadores a tomarem decisões uniformes referentes ao processo de catalogação (SILVA, 2009).

Silva (2009) aponta múltiplas finalidades para as Políticas Institucionais de Catalogação, tais como: proporcionar melhoria na qualidade dos serviços internos e externos de catalogação; aumentar a eficácia, a eficiência e a economia do processo, e favorecer a circulação internacional de dados catalográficos.

Diante do exposto, tendo em vista a necessidade de planejamento das atividades de catalogação, o qual pode ser otimizado com o emprego de diretrizes institucionais formalizadas em uma política, apresenta-se como questão: *Qual a contribuição da adoção de políticas institucionais para o processo de catalogação em UIs?*

Para responder à referida questão, traçou-se como objetivo geral: compreender a criação e a utilização de Políticas Institucionais de Catalogação em UIs. Já os objetivos específicos são os seguintes: levantar, na literatura científica, as principais características e funções das Políticas Institucionais de Catalogação; investigar quais fatores influenciam a criação/adoção de Políticas Institucionais de Catalogação em UIs; verificar como ocorre a gestão das Políticas Institucionais de Catalogação; identificar quais as vantagens e desvantagens da utilização de políticas institucionais no processo de catalogação; analisar quais os principais elementos que constituem uma Política Institucional de Catalogação; e, por fim, propor um modelo de estrutura de Política Institucional de Catalogação em UIs.

Na literatura científica brasileira da área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, identificou-se um número reduzido de trabalhos sobre o tema Políticas Institucionais de Catalogação, em relação às demais temáticas. Esse panorama foi constatado por Sousa (2015a; 2015b), que apresenta

ponderações e delineamentos acerca de políticas para a catalogação, evidenciando a necessidade de discussões e pesquisas científicas referentes à temática.

No entanto, destacam-se estudos de caso relacionados à elaboração e utilização de diretrizes e de instrumentos administrativos empregados no processo de catalogação, como por exemplo: Antunes et al. (2012), Vosgrau et al. (2010), Flores (2013) e Machado et al. (2013).

Por meio da revisão de literatura, foi possível verificar que existem trabalhos científicos a respeito da aplicação de políticas institucionais para outras atividades desenvolvidas em UIs, principalmente em bibliotecas. Como exemplo de tais políticas há: a Política de Desenvolvimento de Coleções (VERGUEIRO, 1989), também denominada de Política de Gestão de Estoques de Informação, por Corrêa (2013), e a Política de Indexação (CARNEIRO, 1985; RUBI, 2004).

Diante desse panorama, esta pesquisa pretende contribuir com a área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia ao desenvolver e aprofundar a seguinte temática: Políticas Institucionais de Catalogação. Sua relevância justifica-se por seu caráter inovador, sobretudo por propor um modelo de estrutura de Política Institucional aplicado ao processo de catalogação em UIs.

Compreende-se que este estudo poderá criar subsídios, e até mesmo incentivar as UIs a criarem e a implementarem suas Políticas Institucionais de Catalogação, de modo a proporcionar benefícios para a Instituição, como um processo de catalogação mais eficiente e eficaz, com menos custos e retrabalhos, e com registros bibliográficos de melhor qualidade.

2 CATALOGAÇÃO

O avanço tecnológico tem, cada vez mais, influenciado o cotidiano da sociedade contemporânea, e o fluxo de informações gerado atinge dimensões sem precedentes. Diante desse contexto, é praticamente impossível encontrar uma informação específica, sem ao menos analisá-la, organizá-la, descrevê-la, codificá-la e armazená-la em local de fácil acesso e rápida recuperação.

Por isso, a catalogação, com origem tão remota como a própria história dos livros e das bibliotecas, torna-se cada vez mais atual, ao empregar ferramentas e recursos tecnológicos para a representação das informações e para superar os novos desafios da era digital.

A catalogação deve proporcionar ao usuário diversas possibilidades de busca, seleção e diferenciação de obras por meio do catálogo bibliográfico, tais como: escolha entre diferentes suportes de uma mesma obra; listagem de todas as obras de um determinado autor e de todas as obras de um mesmo



assunto. Sendo essencial que, ao final do processo, o usuário consiga localizar o suporte físico ou digital que deseja (MEY; SILVEIRA, 2009).

Para realizar o processo de catalogação, especialmente a descrição dos recursos e a determinação de pontos de acesso, emprega-se um conjunto de regras estabelecidas pelo Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA), comumente conhecido como AACR2, sigla derivada de *Anglo-American Cataloguing Rules*, segunda edição.

Um dos produtos da catalogação é o catálogo bibliográfico. Por meio dele, é possível recuperar os recursos informacionais pertencentes às UIs (ou à sua rede), mediante pontos de acesso e diferentes estratégias de busca e de apresentação dos resultados.

O catálogo bibliográfico pode ser considerado como um canal de comunicação entre o acervo de uma unidade específica (ou de uma rede de UIs) e os seus usuários (MEY; SILVEIRA, 2009). Salienta-se que, quanto maior a qualidade da catalogação executada na UI, menor a chance de ocorrerem duplicidades e erros em seu catálogo bibliográfico.

Com a inserção do computador nas UIs, o catálogo bibliográfico deixou de ser organizado em fichas, como as vendidas pela *Library of Congress*, no século passado, e tornou-se automatizado, sendo denominado de Catálogo Online de Acesso Público (OPAC) (SANTOS; CORRÊA, 2009; SANTOS; PEREIRA, 2014).

Os OPACs apresentam, como principais finalidades, facilitar a recuperação dos registros bibliográficos e proporcionar maior rapidez e precisão aos resultados de busca para os usuários e bibliotecários.

Para isso, utilizam *softwares* de automação que empregam, na sua maioria, o padrão de entrada e manuseio de informações bibliográficas *Machine Readable Cataloguing* (MARC 21), o qual possibilita que os registros bibliográficos sejam cooperados com diferentes UIs.

Uma das alternativas empregadas para minimizar a escassez de recursos financeiros e humanos para o gerenciamento dos OPACs, assim como de outros serviços e produtos ofertados em UIs, é a criação de redes ou de consórcios.

Segundo Oliveira e Cianconi (2013), as redes de bibliotecas possuem, como principal fim, a cooperação entre as instituições participantes, tendo em vista o fortalecimento mútuo e a otimização dos processos de trabalho.

Além da redução de custos, a organização de UIs em redes cooperativas proporciona o compartilhamento de produtos e de serviços, dentre os quais se destacam o empréstimo entre bibliotecas, a catalogação cooperativa e a construção de catálogo bibliográfico coletivo.

Por intermédio da catalogação cooperativa, é possível que um recurso informacional seja catalogado uma única vez, de modo que as demais UIs cooperantes possam utilizar esse registro. Ao cooperar registros bibliográficos de outras UIs, muitas vezes, a Instituição necessita somente inserir informações referentes à localização e à identificação de seus exemplares, não exigindo, portanto, catalogá-lo novamente (SANTOS; PEREIRA, 2014).

Com a catalogação cooperativa, minimiza-se o tempo de processamento técnico do recurso e de indisponibilidade aos usuários e possibilita-se uma recuperação da informação de forma mais efetiva. Assim o é, pois, a catalogação é padronizada em toda a rede de bibliotecas, de acordo com padrões internacionais e políticas próprias adotadas pela rede.

Dado o exposto, a catalogação pode ser considerada uma atividade de grande importância nas UIs, por meio da qual é realizada a descrição dos recursos informacionais pertencentes aos seus acervos. Tal processo proporciona a elaboração do catálogo bibliográfico, que facilita, assim, a busca e localização física (e digital) dos recursos requeridos pelos usuários.

Logo, entende-se que a gestão do processo de catalogação deve ser objeto de planejamento e avaliação constantes, com o fim de melhorar sua execução e minimizar erros, tendo em vista garantir exatidão e rapidez à recuperação dos recursos informacionais e proporcionar satisfação aos usuários das UIs.

3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE CATALOGAÇÃO

No entendimento de Almeida (2011), o planejamento é um processo administrativo que possibilita antever os problemas que podem ser encontrados durante a execução de atividades, analisando antecipadamente as soluções disponíveis e definindo a melhor ação que deve ser tomada, a fim de garantir que os objetivos das UIs e de suas Instituições mantenedoras sejam alcançados.

Assim sendo, ao se planejar as UIs, minimizam-se surpresas, agrega-se maior segurança aos processos, de modo que não seja necessário empregar mais recursos, além dos planejados, e evitam-se desperdícios de recursos.

Desse modo, por meio do planejamento dos processos, podem ser entregues aos usuários serviços e produtos com maior qualidade (como por exemplo, os serviços e produtos da catalogação). Referidos produtos e serviços devem ser planejados de acordo com as necessidades dos usuários e com o mínimo de erros possíveis, para assim alcançar a satisfação destes, e garantir a permanência da Instituição no mercado (ALMEIDA, 2011; SPUDEIT; FÜHR, 2011).

Para que o planejamento alcance sucesso, é imprescindível a coleta de informações para embasar a tomada de decisões referentes às atividades que se almejam executar (ALMEIDA, 2011).

Sendo assim, entende-se que o planejamento pode agregar maior controle e segurança ao processo de catalogação. Isso pois, ao traçar as ações que serão realizadas e os recursos necessários para tal objetivo, o planejamento possibilita a elaboração de documentos que auxiliarão o catalogador a tomar decisões e a acompanhar as atividades, adicionando maior qualidade ao processo e evitando retrabalhos e gastos excessivos.

Como exemplos de documentos que podem ser empregados no planejamento de processos nas UIs, dentre eles a catalogação, destacam-se as políticas institucionais e os manuais de procedimentos.

De acordo com Bio (1985, p. 53), políticas são: “[...] ‘decisões futuras’, ou ‘orientações preestabelecidas para a tomada de decisões no sentido dos objetivos’, ou, ainda, ‘são guias de raciocínio planejados para a tomada de decisões repetitivas no sentido dos objetivos’”.

Segundo o autor, o emprego de políticas institucionais fica restrito às atividades repetitivas realizadas em uma organização, as quais recebem determinações semelhantes diariamente, não se estendendo aos casos específicos que requerem análise individualizada.

As políticas institucionais aplicadas aos processos das UIs destinam-se, desse modo, a otimizar o tempo dos bibliotecários, eliminando a necessidade de determinar novas soluções para questões cotidianas, e, assim, deixando-os disponíveis para buscar alternativas para questionamentos inéditos.

As políticas institucionais servem igualmente de diretrizes para alinhar as atividades realizadas pelos colaboradores aos objetivos planejados pelos gestores, de modo a determinar uma direção a ser seguida e os limites que devem ser respeitados.

No entanto, ainda de acordo com Bio (1985), as políticas não podem ser consideradas como decisões findadas, pois são diretrizes administrativas que exclusivamente auxiliam os colaboradores a tomarem decisões para realizar as ações, devendo cada colaborador aplicar seus julgamentos a cada caso, com bom senso e clareza.

O autor esclarece, do mesmo modo, que as políticas não possuem a finalidade de estabelecer procedimentos, ou ainda, de definir funções e responsabilidades, uma vez que são diretrizes planejadas para a gestão das atividades e não para determinar a sequência em que devem ser executadas.

A visão de Bio (1985), referente ao fato de as políticas institucionais não apresentarem a finalidade de determinar o modo como as atividades devem ser realizadas e ordenadas, é compartilhada por Almeida (2011).

Segundo Almeida (2011), as políticas são diretrizes de planejamento que definem linhas mestras de ação e de tomadas de decisões, caracterizando-se como guia de raciocínios para auxiliar os colaboradores em decisões alusivas às atividades que realizam.

Silva (2009) define as Políticas Institucionais de Catalogação como um conjunto sintético, formal e explícito de orientações e princípios genéricos que estabelecem diretrizes e limites de ações para os catalogadores, auxiliando-os também a tomarem decisões.

Uma de suas finalidades é alcançar a excelência das atividades relacionadas ao processo de catalogação, otimizando-as, reduzindo seus custos de execução e maximizando a qualidade dos serviços e produtos de catalogação que serão entregues aos usuários.

Diminuir os custos relacionados ao processo de catalogação é fundamental para as UIs, pois, segundo esclarecem Banush e LeBlanc (2007), a catalogação é um processo considerado caro para essas e, muitas vezes, “[...] falha ao teste de custo-benefício aos olhos de muitos decisores” (p. 38, tradução nossa).

Read (2003), por sua vez, salienta que uma Política Institucional de Catalogação tem como função formalizar o trabalho realizado no setor de catalogação e garantir que todos os catalogadores utilizem a mesma metodologia de descrição bibliográfica e de determinação de pontos de acesso. Na visão da autora, a mencionada Política serve ainda, em UIs que possuem somente um bibliotecário catalogador, para que os demais bibliotecários compreendam a metodologia de trabalho empregada no processo de catalogação e o porquê dos critérios estabelecidos nesse processo.

Ao cumprir a segunda função, a Política Institucional de Catalogação pode ser vista como um recurso de comunicação interna entre os diferentes setores das UIs, de forma que todos os colaboradores conheçam as diretrizes norteadoras das atividades de catalogação adotadas pela sua Instituição e valorizem-nas.

Silva (2009) lembra que as Políticas Institucionais de Catalogação devem ser complementadas por manuais de procedimentos de catalogação, os quais contêm orientações mais específicas que auxiliam os bibliotecários na execução das atividades técnicas de catalogação.

De acordo com Oliveira (2009), os manuais são instrumentos administrativos que, dentre outras funções, auxiliam na fixação de critérios e de padrões, na orientação e no treinamento de colaboradores da Instituição, na uniformidade de terminologias técnicas e na padronização das atividades administrativas.

Almeida (2011) explica que os manuais estão relacionados ao registro de métodos rotineiros utilizados na execução de determinadas atividades, detalhando a maneira e a sequência exatas que as tarefas devem ser realizadas para atingir os objetivos institucionais.

O Manual de Catalogação, segundo Vosgrau et al. (2010), é uma ferramenta de gestão da qualidade da informação que objetiva o aprimoramento da catalogação e o envolvimento de todos os colaboradores no processo decisório.

Assim como as Políticas Institucionais de Catalogação, os Manuais de Catalogação são empregados para garantir mais consistência ao catálogo bibliográfico da Instituição, ou da Rede de Cooperação, e, conseqüentemente, para agregar mais qualidade aos serviços e aos produtos gerados.

No entanto, enfatiza-se que as políticas e os manuais são documentos administrativos distintos, mas que se complementam. Isso ocorre pois, à medida que a política reflete as decisões planejadas pelos gestores, o manual apresenta a metodologia que deve ser empregada na realização das tarefas.

Ambos os documentos podem ser empregados em conjunto na gestão do processo de catalogação, uma vez que a política orienta a tomada de decisões e de ações, e o manual guia na execução das decisões e ações.

Assim sendo, a elaboração de Manual de Catalogação em UIs não substitui o planejamento e a atualização constante da Política Institucional de Catalogação, dado que, embora empregados ao mesmo processo, cada documento apresenta funções distintas e específicas.

Conforme explica Popper (1981), são os manuais de procedimentos que devem espelhar as políticas e não ao contrário, uma vez que os manuais devem acompanhar as alterações e as atualizações das políticas institucionais, evoluindo junto com elas.

Dessa maneira, ao definir e documentar sua Política Institucional de Catalogação, a Instituição terá subsídios para desenvolver seu Manual de Catalogação. Tal documento deverá incluir em seu corpo as

diretrizes determinadas na referida política, além de orientações técnicas relacionadas à execução das tarefas de descrição bibliográfica, definição de pontos de acesso e de dados de localização.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia tem como objetivo o aprimoramento dos procedimentos e critérios utilizados na elaboração de uma pesquisa científica, ao abordando como poderão ser alcançados os seus objetivos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Diante desse contexto, para atingir os objetivos geral e específicos propostos, empregou-se uma pesquisa com caráter exploratório, do tipo bibliográfica, com coleta de dados em livros, artigos científicos e dissertações, e com abordagem qualitativa.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória, pois apresenta como propósito principal mais familiaridade com a problemática: adoção de políticas institucionais para o processo de catalogação em UIs (GIL, 2010).

Como pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento em livros, dissertações e artigos científicos da área da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e da Administração com finalidade de fundamentar a temática a propósito das Políticas Institucionais de Catalogação, bem como apoiar o alcance dos objetivos propostos, e, sobretudo, fundamentar o modelo proposto.

Quanto à abordagem, esta pesquisa é de cunho qualitativo. Ainda de acordo com Martins e Theóphilo (2009), na pesquisa qualitativa, pode-se descrever, compreender e interpretar os dados, em razão de serem predominantemente descritivos.

A coleta de dados deste estudo foi realizada de abril a junho de 2015, tendo como fontes bibliográficas livros, dissertações e artigos de periódicos científicos e de eventos, nos idiomas português e inglês, disponíveis na íntegra em meio digital ou físico, sem delimitação de data de publicação. Como estratégia de busca empregou-se a combinação das palavras-chave “política”, “política institucional” e “catalogação”, nos idiomas português e inglês.

Os artigos científicos foram coletados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nos Anais do 1º Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT) e nos Anais do 9º Encontro Internacional de Catalogadores (EIC).



Em complemento à coleta dos artigos científicos, pesquisou-se dissertações e teses na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nas bibliotecas digitais da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Universidade de São Paulo (USP), no repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e no catálogo bibliográfico da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Além disso, efetuou-se a busca por livros nos catálogos bibliográficos da UDESC e da UFSC, e no site *Google Livros*³.

Após a coleta dos dados, realizou-se a leitura seletiva da bibliografia recuperada com a finalidade de determinar quais trabalhos estavam relacionados aos objetivos propostos nesta pesquisa (SALVADOR, 1986 *apud* LIMA; MIOTO, 2007).

A partir da constituição do *corpus* de pesquisa, executou-se a análise dos dados. Tal análise consistiu-se na identificação dos itens mais relevantes para os autores trabalhados acerca da caracterização e da estruturação de políticas institucionais, partindo da área de administração para a gestão de UIs (Biblioteconomia), e, por fim, para os processos que empregam políticas em UIs, especialmente a catalogação.

Assim, por meio da pesquisa bibliográfica, buscou-se analisar, interpretar e descrever as principais características de uma política institucional aplicada à catalogação, compreendendo suas finalidades, vantagens e desvantagens, e a composição de sua estrutura.

5 RESULTADOS

Nesta seção, apresenta-se a análise de trabalhos científicos de autores da área da Ciência da Informação, Biblioteconomia e Administração que possibilitou a definição de onze elementos indispensáveis para uma Política Institucional de Catalogação. Com base em tais elementos, foi proposto um modelo de estrutura de Política Institucional de Catalogação que é representada no fim da seção.

Carneiro (1985), Vergueiro (1989) e Rubi (2004) versam sobre a premissa de que as políticas institucionais devem ser sistematizadas em um documento formal, o qual deve ser planejado pelos gestores das UIs, para assim cumprir seu papel de auxiliar nas tomadas de decisões administrativas referentes às atividades desenvolvidas.

³ Link para acesso: <https://books.google.com.br/>.

Silva (2009) destaca, como uma das finalidades da Política Institucional de Catalogação, o papel de facilitar e assegurar que as decisões sobre o processo de catalogação sejam tomadas de modo consciente, ao longo dos anos e dentre a atuação de catalogadores distintos na Instituição.

Nesse contexto, observa-se a relevância de documentar tais diretrizes, pois, dessa forma, dificilmente serão negligenciadas. Read (2003) esclarece que o descuido das diretrizes que norteiam a catalogação pode ocorrer devido à existência de grande número de recursos informacionais para catalogar e da pressa de disponibilizá-los aos usuários.

Desse modo, entende-se que, ao elaborar o referido documento, se deve empregar a denominação política e sistematizar em seu corpo seus objetivos, a finalidade de sua elaboração, juntamente com informações indicativas à sua revisão ou à sua atualização.

Read (2003) aponta igualmente para a necessidade de atualização e revisão constante de uma Política Institucional de Catalogação. Para ela, tal documento não pode ser considerado como uma decisão permanente e imutável; pelo contrário, deve ser uma diretriz dinâmica que reflita e acompanhe as mudanças ocorridas na Instituição.

Silva (2009) ressalta outras finalidades da adoção de Políticas Institucionais de Catalogação como, por exemplo, aumento no rendimento e na qualidade dos serviços e produtos, e redução de custos do processo de catalogação.

Dessa maneira, compreende-se ser indispensável que esteja documentado na política da Instituição o escopo aplicado à catalogação, contendo quais os recursos que serão, e não serão, catalogados a fim de evitar retrabalhos e utilização indevida de recursos, dentre eles, o tempo.

Seguindo o mesmo raciocínio, a mencionada política deve documentar as prioridades e o nível de catalogação adotado na Instituição. Isso pois, ainda de acordo com Silva (2009, p. 6), “[...] definir prioridades é o processo de decidir, de entre as ações exequíveis, quais serão as mais importantes e as que terão impacto mais significativo”.

Sendo assim, é indispensável traçar prioridades no processo de catalogação, a fim de que o catalogador identifique quais recursos devem ser catalogados imediatamente após sua aquisição, evitando a aplicação indevida de recursos, bem como proporcionando subsídios à tomada de decisões, em caso de redução de colaboradores ou em prazos curtos para o processamento técnico.

A definição de níveis de catalogação está relacionada à descrição dos recursos informacionais de acordo com as características específicas das UIs e de seus usuários, alinhando a catalogação às necessidades informacionais dos usuários e ao modo como eles utilizam o catálogo.

Sendo assim, considera-se imprescindível que cada Instituição determine o nível de catalogação que será empregado para seu acervo e documente essas decisões em sua Política Institucional de Catalogação para guiar seus catalogadores.

Silva (2009) e Machado et al. (2013) explicam que o controle de autoridades pretende garantir a consistência do catálogo bibliográfico e de autoridades das UIs. Mencionada atividade visa atribuir maior qualidade ao trabalho do catalogador, assim como minimizar os erros e as duplicidades de cadastro de autoridades e de outros pontos de acesso.

Assim sendo, entende-se como determinante para uma Política Institucional de Catalogação a inclusão de diretrizes para a inserção de novos registros de autoridades e de demais pontos de acesso, e para a correção dos já existentes, efetivando o controle de autoridades e proporcionando uma eficaz recuperação dos registros por meio do catálogo.

Na concepção de Oliveira e Cianconi (2013), a organização de UIs em rede ou consórcios está relacionada ao compartilhamento de recursos, colaboração e troca de experiências entre profissionais de diversas Instituições, resolução compartilhada de problemas e, até mesmo, elaboração conjunta de procedimentos.

Desse modo, considera-se fundamental a documentação da participação da Instituição em redes, sistemas ou consórcios (quando existir) em sua Política Institucional de Catalogação. Tal formalização é essencial para que suas decisões, referentes ao processo de catalogação, estejam alinhadas aos objetivos da Rede em que participa. Garantindo, portanto, que a Instituição aproveite ao máximo os benefícios de uma Rede de Cooperação e não negligencie sua colaboração com os demais membros.

A adoção de OPACs nas UIs aumentou a eficácia e a rapidez na recuperação de informações pelos usuários, da mesma forma que facilitou as atividades de descrição bibliográfica realizadas pelo catalogador, por meio da catalogação automatizada.

Entende-se que essa nova realidade das UIs deve estar retratada na Política Institucional de Catalogação, por meio do registro de decisões referentes à conversão retrospectiva (quando existir) e de adoções de formato bibliográfico, protocolos de interoperabilidade e sistemas automatizados. Desse modo, conforme Silva (2009), a referida Política cumpre seu papel de registrar as mudanças ocorridas ao longo dos anos e facilita futuros processos de conversão e migração de dados.

Santos e Corrêa (2009) enfatizam a necessidade de adoção de regras para a descrição e para a representação dos dados bibliográficos por meio da catalogação. Tais regras, segundo as autoras, têm em



vista oferecer o máximo de padronização e minimizar as interpretações individuais dos catalogadores, buscando garantir unicidade, e ao mesmo tempo, universalidade do item informacional representado.

Destarte, compreende-se ser indispensável que, na Política Institucional de Catalogação, sejam documentados os padrões e as regras nacionais e internacionais adotados pela Instituição, bem como os instrumentos administrativos (como os manuais de orientação técnica) desenvolvidos em seu âmbito, e/ou em Rede de Cooperação, e que são empregados para auxiliar na execução do processo de catalogação.

Bio (1985) salienta que não é função de uma política institucional o estabelecimento de procedimentos, determinação de sequência de atividades ou, mesmo, a definição de funções e responsabilidades. Para o autor, a política tem como finalidade formalizar as diretrizes planejadas pelos gestores para auxiliar os colaboradores nas tomadas de decisões referentes à direção que deve ser seguida e quanto aos limites que devem ser respeitados.

No documento apresentado à Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de Portugal (RNBP), Silva (2009, p.13) ressalta que todos os catalogadores das Bibliotecas, pertencentes à RNBP “[...] assumem responsabilidade pessoal pela catalogação que realizam.”. Por esse motivo, cada catalogador da Rede deve acrescentar suas iniciais nos registros bibliográficos que cataloga. O autor acrescenta que é de responsabilidade do bibliotecário gestor da Instituição verificar a qualidade desses registros por amostragem.

Diante do exposto, entende-se que cada catalogador é responsável pelo registro bibliográfico que realiza no catálogo bibliográfico próprio da Instituição, e essa, por sua vez, assume responsabilidade pelo profissional quando ele insere dados no catálogo coletivo de uma Rede de Cooperação de UIs.

Assim, as autoras deste estudo concordam com a visão de Silva (2009) de que devem estar registradas nas Políticas Institucionais de Catalogação diretrizes acerca do posicionamento da Instituição quanto à responsabilidade de autoria dos registros bibliográficos inseridos em catálogos próprios (ou coletivos). Do mesmo modo, consentem com o posicionamento do autor de que é de responsabilidade do bibliotecário gestor do setor de processamento técnico coordenar e supervisionar a catalogação realizada pelos demais catalogadores (quando existirem).

Em vista disso, no Quadro 1, apresentam-se os onze elementos necessários para uma Política Institucional de Catalogação, de acordo com a análise dos autores da área da Ciência da Informação, Biblioteconomia e Administração empregados neste trabalho.

Quadro 1 – Elementos requeridos em uma Política Institucional de Catalogação

Elementos
Denominação Política
Objetivos e/ou finalidades
Indicativo de atualização e/ou de revisão
Escopo da catalogação
Definição de prioridades para a catalogação
Nível de catalogação utilizado
Diretrizes de controle de autoridades e demais pontos de acesso
Diretrizes acerca da participação em Redes de Cooperação
Diretrizes a propósito das tecnologias empregadas no processo de catalogação
Indicativo de regras internacionais e nacionais adotadas, bem como de instrumentos auxiliares internos e/ou externos à Instituição empregados na catalogação
Diretrizes acerca das responsabilidades

Fonte: Das autoras (2018)

Os referidos elementos possibilitaram a criação de uma proposta de modelo de estrutura para Políticas Institucionais de Catalogação. Essa proposta foi desenvolvida com base na estrutura em tópicos, com elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, empregada por Corrêa (2013) em sua Proposta para um Modelo de Política de Gestão de Estoques Informacionais.

1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS: capa, folha de rosto, listas, sumário

2 APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO MANTENEDORA: identificação, missão, objetivos, público-alvo

2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO: identificação, missão, objetivos, público-alvo, especificidades do acervo, entre outras informações para sua melhor caracterização

2.3 DEFINIÇÕES, IMPORTÂNCIA, OBJETIVOS E FINALIDADES DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CATALOGAÇÃO

2.3.1 Abrangência e aplicação

2.3.2 Responsável (e/ou responsáveis) pela elaboração

2.3.3 Histórico de revisões e/ou de atualizações (quando existir)

2.3.4 Tempo de vigência

2.3.5 Diretrizes para casos omissos

3 INFORMAÇÕES SOBRE A CATALOGAÇÃO REALIZADA NA INSTITUIÇÃO

3.1 ESCOPO (FORMATO E CONTEÚDO)

3.2 PRIORIDADES

3.3 NÍVEL DE CATALOGAÇÃO

3.4 REGRAS E PADRÕES ADOTADOS

3.5 INSTRUMENTOS AUXILIARES EMPREGADOS

3.6 PARTICIPAÇÃO EM REDES DE COOPERAÇÃO (INTERNACIONAIS E NACIONAIS) – (se existir)

3.6.1 Funções

3.6.2 Responsabilidades



3.6.3 Direitos

3.7 TIPO DE CATALOGAÇÃO REALIZADA (CENTRALIZADA, DESCENTRALIZADA, COOPERATIVA)

3.8 TIPO DE CATÁLOGO EMPREGADO (MANUAL, OPAC, COLETIVO)

4 RECURSOS EMPREGADOS NA CATALOGAÇÃO (HUMANOS, TECNOLÓGICOS, FINANCEIROS)

4.1 FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS COLABORADORES REFERENTES AO PROCESSO DE CATALOGAÇÃO

4.2 UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (se existir)

4.2.1 Sistema automatizado

4.2.1.1 Breve histórico de adoção e de atualizações realizadas (se existir)

4.2.2 Formato bibliográfico

4.2.3 Migrações (se existir)

4.2.4 Backups

4.3 RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS

4.3.1 Modo de emprego

4.3.2 Prestação de contas

5 DIRETRIZES SOBRE CONTROLE DE AUTORIDADES E DEFINIÇÃO DE PONTOS DE ACESSO

6 DIRETRIZES SOBRE A DEFINIÇÃO DE DADOS DE LOCALIZAÇÃO

7 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE CATALOGAÇÃO E DOS REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS GERADOS

7.1 METODOLOGIA

7.2 PERIODICIDADE

8 ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS: referências, apêndices e anexos (se existirem)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto no desenvolvimento desta pesquisa, na catalogação são representadas as descrições de recursos, de diferentes tipos de recursos informacionais, em diversos suportes.

Mencionado processo tem como finalidade proporcionar aos usuários a recuperação de registros bibliográficos de um determinado recurso informacional, por meio dos catálogos bibliográficos manuais e/ou automatizados, para, posteriormente, localizar tal recurso na estante ou acessá-lo via digital.

Para que a recuperação dos registros bibliográficos por intermédio do catálogo ocorra de maneira eficaz, sem ambiguidades e erros, é essencial que a Instituição trace diretrizes para guiar seus catalogadores à tomada de decisões análogas às questões cotidianas de catalogação. Esse procedimento tem o intuito de proporcionar uniformidade ao processo, diminuir custos e atribuir maior qualidade aos registros bibliográficos gerados, e, conseqüentemente, alcançar maior satisfação de seus usuários.

Nesse contexto, as UIs podem desenvolver diretrizes administrativas, como políticas institucionais, para nortear a catalogação. Tais diretrizes têm como propósito auxiliar os catalogadores na identificação dos limites que devem ser respeitados e na direção a ser seguida para executar o processo.

Com a adoção de uma Política Institucional de Catalogação formalizada e documentada, a Instituição assegurará que as metodologias empregadas na catalogação estejam alinhadas aos seus objetivos e sejam realizadas de modo análogo por todos os catalogadores que trabalhem nessa ao longo dos anos.

Nesse sentido, entende-se que a questão e o objetivo geral desta pesquisa foram alcançados. Isso porque, por meio dos dados coletados neste trabalho, foi possível compreender os aspectos motivadores para a elaboração de uma Política Institucional de Catalogação, assim como sua contribuição para o processo de catalogação em UIs.

A definição de uma Política de Institucional de Catalogação em UIs proporciona como vantagens a diminuição de retrabalho e de gastos desnecessários de recursos, e o aumento no rendimento das atividades dos catalogadores.

Contudo, afirma-se que não foi identificada nenhuma desvantagem na utilização de Políticas Institucionais de Catalogação, sendo necessários outros estudos para levantamento de possíveis desvantagens e restrições em seu emprego nos diferentes tipos de UIs.

A revisão de literatura possibilitou selecionar onze elementos que devem estar presentes em uma Política Institucional de Catalogação que representará e formalizará as diretrizes traçadas por seus gestores ao longo dos anos, garantindo seu cumprimento, bem como documentando a evolução do processo de catalogação na Instituição.

No que concerne à gestão das Políticas Institucionais de Catalogação, salienta-se a necessidade de revisão e atualização constante, de modo a garantir que as suas diretrizes estejam alinhadas às atividades executadas e às mudanças organizacionais ocorridas (READ, 2003).

Mediante a revisão de literatura, foi possível também constatar a escassez de trabalhos científicos brasileiros sobre a temática Política Institucional de Catalogação. Esse fator, igualmente foi observado por Sousa (2015a; 2015b), que recomendou a realização de estudos a respeito de Políticas de Catalogação, visando à ampliação da discussão da temática em foco.

Ressalta-se, porém, a existência de diversos trabalhos científicos acerca da temática políticas institucionais aplicadas a outros processos desenvolvidos em UIs, como por exemplo, Políticas de Gestão de Estoques (CORRÊA, 2013) e Políticas de Indexação (CARNEIRO, 1985; RUBI, 2004).

Dessa maneira, esta pesquisa contribui com a área de estudo da catalogação, uma vez que aprofundou a temática sobre as Políticas Institucionais de Catalogação e levantou elementos que devem ser considerados em sua elaboração.

Como parte dos resultados deste trabalho, elaborou-se uma proposta de estrutura para referidas diretrizes, com o objetivo de iniciar discussões e estudos referentes aos elementos necessários para a estruturação desse documento.

Para trabalhos futuros, sugere-se o aprofundamento da temática, com estudos aplicados das Políticas Institucionais de Catalogação em bibliotecas universitárias, especializadas e públicas e a realização de pesquisas referentes à utilização de Políticas Institucionais de Catalogação em estados específicos do Brasil e em nível internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

ANTUNES, C. et al. Proposta para a criação de uma política de padronização do catálogo de autoridades da Biblioteca José de Alencar [...]. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1., 2012, Rio de Janeiro. **Trabalhos...** Rio de Janeiro: GEPCAT, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/wRWzoa>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

BANUSH, D.; LEBLANC, J. Utility, library priorities, and cataloging policies. **Libr. Col., Acquis., & Tech. Serv.** Illinois, v. 31, n. 2, p. 96-109, jun. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/d1SLtP>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

BIO, S. R. **Sistemas de informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **R. Esc. Bibliotec. UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: <<https://goo.gl/ZzQVGc>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

CORRÊA, E. C. D. Política de gestão de estoques de informação: uma proposta para atualização de conteúdo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013. **Anais...** Florianópolis, SC: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/YFRj1i>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

FLORES, H. R. Política de catalogação para registro do título de obras [...]. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/cfo5ar>>. Acesso em: 24 jul. 2016.



GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

MACHADO, D. R. et al. A cada autor, seu nome. A cada nome, seu documento: política de controle de autoridades em ambiente de catalogação descentralizada e cooperativa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/eNU7zH>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

OLIVEIRA, C. B. de; CIANCONI, R. de B. Cooperação, compartilhamento e colaboração [...]. **BJIS**, Marília (SP), v. 7, n. especial, p. 224-246, 1º. sem. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/7d1BBj>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

POPPER, R. **A elaboração de manuais na empresa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1981.

READ, J. M. **Cataloguing without tears** [...]. Oxford, UK: Chandos Publishing, 2003.

RUBI, M. P. **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília/SP. Disponível em: <<https://goo.gl/TLJTun>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

SANTOS, P. L. V. A. da C; CORRÊA, R. M. R. **Catalogação: trajetória para um código internacional**. Niterói: Intertexto, 2009.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; PEREIRA, A. M. **Catalogação: breve história e contemporaneidade**. Niterói: Intertexto, 2014.

SILVA, A. J. **Política de catalogação para as Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas**. Lisboa: Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/Dcdmnc>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

SOUSA, B. P. de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 26, 2015. **Trabalhos apresentados...** São Paulo: FEBAB, 2015a. Disponível em: <<https://goo.gl/yUhgbn>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

SOUSA, B. P. de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. **RBBB**, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 238-254, 2015b. Disponível em: <<https://goo.gl/hMUHQg>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

SPUDEIT, D.; FÜHR, F. Planejamento em unidades de informação: qualidade em operações de serviços na Biblioteca do SENAC Florianópolis. **Bibl. Univ.** Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/cwe96p>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VOSGRAU, S. R. C. et al. Manual de catalogação do SBU/UNICAMP: uma ferramenta para gestão da qualidade da informação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: SIBI/UFRJ, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/LfH2J3>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

PRISCILLA LÜDTKE ESPÍNDOLA

Mestranda em Gestão de Unidades de Informação do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: priscillaludtke@gmail.com.

ANA MARIA PEREIRA

Doutora em Tecnologia e Sistemas de Informação pela Universidade do Minho (Portugal), professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: anamariapere@gmail.com.

RECEBIDO EM: 14-10-2017

ACEITO EM: 20-03-2018

